

**CONCURSO PÚBLICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANDELÁRIA**

**F**ISCAL AMBIENTAL E SANITÁRIO

**8-4-2018**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Português ..... 5 questões
- Matemática ..... 5 questões
- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 16 questões
- Legislação ..... 4 questões

**ATENÇÃO**

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!**

**Nº DE INSCRIÇÃO**

**NOME**

**P** ortuguês**O meio ambiente e a sustentabilidade**

1 Nunca antes se debateu tanto sobre o meio ambiente e sustentabilidade. As graves  
2 alterações climáticas, as crises no fornecimento de água, devido à falta de chuva e da  
3 destruição dos mananciais, e a constatação clara e cristalina de que, se não fizermos nada  
4 para mudar, o planeta será alterado, são condições que ..... a  
5 constatar que a vida como nós ..... conhecemos deixará de existir.

6 Cientistas, pesquisadores amadores e membros de organizações não governamentais  
7 se unem, ao redor do planeta, para discutir e levantar sugestões que possam trazer a  
8 solução definitiva ou, pelo menos, encontrar um ponto de equilíbrio que desacelere a  
9 destruição que experimentamos nos dias atuais. A conclusão, praticamente unânime, é de  
10 que políticas que visem à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade de projetos  
11 econômicos de qualquer natureza devem sempre ser a ideia principal e a meta .....  
12 ser alcançada para qualquer governante.

13 Em paralelo às ações governamentais, todos os cidadãos devem ser constantemente  
14 instruídos e chamados ..... razão para os perigos ocultos nas intervenções mais  
15 inocentes que realizam no meio ambiente a sua volta e para a adoção de práticas que  
16 garantam a sustentabilidade de todos os seus atos e ações. É importante destinar  
17 corretamente os resíduos domésticos, proteger os mananciais que se encontrem em áreas  
18 urbanas e adotar práticas de medidas simples que estabeleçam a cultura da  
19 sustentabilidade em cada família.

20 Assim, reduzindo-se os desperdícios, não despejando esgoto doméstico nos rios e  
21 não praticando demais práticas ambientais irresponsáveis, os danos causados ao meio  
22 ambiente serão drasticamente minimizados e a sustentabilidade dos assentamentos  
23 humanos e atividades econômicas de qualquer natureza estarão .....

24 Estimular o plantio de árvores, a reciclagem de lixo, a coleta seletiva, o aproveitamento  
25 de partes normalmente ..... dos alimentos (como cascas, folhas e  
26 talos), assim como o desenvolvimento de cursos, palestras e estudos, que informem e  
27 orientem todos os cidadãos para a importância da participação e do engajamento nesses  
28 projetos, podem ser soluções simples para fomentar a sustentabilidade e a conservação do  
29 meio ambiente.

30 Uma medida bem interessante é ensinar as famílias a calcular suas influências  
31 negativas sobre o meio ambiente (suas emissões) e orientá-las a proceder de forma a  
32 neutralizá-las, garantindo a sustentabilidade da família e contribuindo enormemente para a  
33 conservação do meio ambiente. Mas, como se faz para calcular essas emissões? Na  
34 verdade, é uma conta bem simples: basta calcular a energia elétrica consumida pela  
35 família, o número de carros e outros veículos que ela utilize e a forma como o faz e os  
36 resíduos que ela produz. A partir daí, cada família poderá dar a sua contribuição para  
37 promover práticas e procedimentos que garantam a devolução à natureza de tudo o que  
38 usaram e, com essa ação, gerar novas oportunidades de renda e de bem-estar social para  
39 sua própria comunidade.

40 O mais importante de tudo é educar e fazer com que o cidadão comum entenda que  
41 tudo o que ele faz ou fará gerará um impacto no meio ambiente que o cerca. E que só com  
42 práticas e ações que visem à sustentabilidade, estará garantindo uma vida melhor e mais  
43 satisfatória para si mesmo e para as gerações futuras.

Ecologia Urbana  
<http://www.ecologiaurbana.com.br/conscientizacao/meio-ambiente-sustentabilidade/>  
(Texto adaptado)



1. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente os espaços pontilhados das linhas 4, 5, 11, 14, 23 e 25 do texto.  
A.( ) levam-nos, à, a, à, asseguradas, descartado  
B.( ) nos levam, a, à, à, assegurados, descartadas  
C.( ) nos levam, a, a, à, asseguradas, descartadas  
D.( ) levam-nos, à, à, a, assegurados, descartado
  
2. Analise as afirmativas a seguir sobre o texto:
  - I. A crise que afeta a natureza, com danos evidentes e nocivos ao meio ambiente e que provoca graves alterações climáticas, decorre única e exclusivamente das ações humanas, como jogar lixos nos rios e praticar atividades como o desmatamento.
  - II. Cientistas, pesquisadores amadores, membros de organizações não governamentais e governantes reúnem-se constantemente para discutir soluções à crise ambiental, estabelecendo parâmetros de comportamento para a população em geral e leis específicas de sustentabilidade.
  - III. É importante que todos os cidadãos sejam instruídos quanto aos danos que as ações humanas podem causar ao meio ambiente, conscientizando-os da importância de adoção de práticas que favoreçam a sustentabilidade.Em conformidade com o texto:  
A.( ) As afirmativas I, II e III estão corretas.  
B.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.  
C.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.  
D.( ) Somente a afirmativa III está correta.
  
3. Assinale a única alternativa que apresenta erro.  
A.( ) No segundo período do primeiro parágrafo, as orações “**se não fizermos nada para mudar**” (linhas 3 e 4) deixam claro que a preservação da vida e do planeta dependem, em grande parte, das ações e do comportamento humano.  
B.( ) A referência a uma “**conclusão, praticamente unânime**” (linha 9) remete às políticas adotadas pelos governantes brasileiros para a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade de projetos econômicos de qualquer natureza para o país.  
C.( ) Destinar corretamente os resíduos domésticos, proteger os mananciais que se encontrem em áreas urbanas e adotar práticas simples que possam contribuir para uma cultura de sustentabilidade em cada família são medidas que certamente contribuirão para os cuidados com o meio ambiente.  
D.( ) Plantio de árvores, reciclagem de lixo, coleta seletiva e aproveitamento de cascas e folhas de alimentos, bem como a realização de cursos, palestras e estudos, que informem e orientem todos os cidadãos para a importância do engajamento nos projetos de preservação ambiental, podem ser soluções simples para fomentar a sustentabilidade e a conservação do meio ambiente.
  
4. Use as letras **C** e **E** para indicar se os itens acerca do texto estão certos ou errados. Na sequência, marque a alternativa com a sequência correta das letras de cima para baixo.  
( ) O adjetivo **climáticas** (linha 2) está para **graves alterações** (linhas 1 e 2), assim como os adjetivos **clara** e **crystalina** (linha 3) estão para **constatação** (linha 3).  
( ) O primeiro verbo do primeiro parágrafo e o primeiro verbo do último parágrafo estão flexionados, respectivamente, no pretérito perfeito e no tempo presente do modo indicativo.  
( ) As três primeiras palavras do segundo parágrafo são, no contexto do texto, substantivo, substantivo e adjetivo.  
( ) As palavras **unânime**, **políticas** e **econômicos** recebem o acento gráfico em atenção à regra que acentua todas as palavras paroxítonas.  
( ) Se usarmos a palavra **cidadão** no plural, no fragmento: “*O mais importante de tudo é educar e fazer com que o cidadão comum entenda que tudo o que ele faz ou fará gerará um impacto no meio ambiente*”, todos os verbos e os substantivos que estiverem no singular deverão ser obrigatoriamente pluralizados a fim de atender à relação de concordância entre os termos.  
( ) A palavra que inicia o quarto parágrafo do texto pode ser substituída, sem que haja alteração de sentido, pela expressão **Dessa forma**.  
A.( ) C – C – C – E – E – C  
B.( ) C – E – C – E – C – C  
C.( ) E – C – E – C – E – E  
D.( ) C – C – E – C – E – C



5. Analise os itens a seguir:
- I. As flexões dos verbos **garantir** (linha 16) e **estabelecer** (linha 18) correspondem ao presente do modo subjuntivo.
  - II. No penúltimo parágrafo do texto, os pronomes oblíquos retomam, respectivamente, o termo **as famílias** (linhas 30) e o termo **suas influências negativas sobre o meio ambiente** (linhas 30 e 31).
  - III. Os dois pontos empregados junto à oração: “**Na verdade, é uma conta bem simples**” (linhas 33 e 34) podem ser substituídos por um ponto de interrogação, sem que haja alteração de sentido ao contexto em que está situada.
  - IV. De acordo com o texto, a palavra **drasticamente** (linha 22) pode ser substituída, sem que alteração de sentido pela palavra **aleatoriamente**.
  - V. A conjunção **Mas** (linha 33) pode ser substituída pelas conjunções **Porém, Todavia e Entretanto**.
- De acordo com o contexto do texto:
- A. ( ) Todos os itens estão corretos.
  - B. ( ) Todos os itens estão incorretos.
  - C. ( ) Somente dois itens estão corretos.
  - D. ( ) Somente dois itens estão incorretos.

## Matemática

6. Um trabalhador, após ter recebido um aumento de 15% no seu salário mensal, ficou recebendo a quantia de R\$ 920,00 mensais. Podemos assim afirmar que o salário antes do aumento era de:
- A. ( ) R\$ 770,00
  - B. ( ) R\$ 782,00
  - C. ( ) R\$ 800,00
  - D. ( ) R\$ 905,00
7. Dois auxiliares administrativos, Vitor e Andréia, são encarregados de fazer 110 demonstrativos de pagamento de salário. Os dois começam a fazer os demonstrativos simultaneamente e só param quando todos estiverem prontos. Nota-se ainda que, enquanto Andréia faz 6 demonstrativos, Vitor faz 5. Assinale a alternativa que indica corretamente quantos demonstrativos de pagamento de salário Andréia fez a mais que Vitor.
- A. ( ) 12
  - B. ( ) 11
  - C. ( ) 10
  - D. ( ) 9
8. Um automóvel foi comprado novo, em 2011, por R\$ 28.000,00. Seu valor de mercado foi decrescendo linearmente com o tempo e, em 2017, era de R\$ 19.000,00. Qual o seu valor de mercado em 2014?
- A. ( ) R\$ 24.500,00
  - B. ( ) R\$ 23.500,00
  - C. ( ) R\$ 23.000,00
  - D. ( ) R\$ 22.000,00

9. Uma pessoa parte de um ponto inicial **A** percorrendo 1,2 km em linha reta até o ponto **B**, girando  $90^\circ$  para a esquerda, e percorre mais 1,6 km parando no ponto **C**. Se essa pessoa percorresse em linha reta do ponto **A** até o ponto **C**, percorreria:
- A. ( ) 2.000 metros
  - B. ( ) 2.500 metros
  - C. ( ) 2.800 metros
  - D. ( ) 4.000 metros
10. Considere a equação dada por  $x^2 + 2x - 15 = 0$  e assinale a alternativa que apresenta a soma das duas soluções dessa equação.
- A. ( ) - 2
  - B. ( ) 3
  - C. ( ) - 5
  - D. ( ) 8

## **C** onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

11. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu Art. 3º, entende por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante, direta ou indiretamente das atividades que correspondem corretamente à alternativa:
- A. ( ) Prejudiquem a saúde e o bem-estar da população; criem condições favoráveis às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
  - B. ( ) Prejudiquem a saúde e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições sanitárias do meio ambiente; lancem matérias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
  - C. ( ) Prejudiquem a saúde, a segurança da população; criem condições adversas às atividades sociais; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
  - D. ( ) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
12. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, no Capítulo I das Disposições Preliminares (Lei 12.305/10), deve ser observada a ordem de prioridade, conforme descrito na alternativa:
- A. ( ) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
  - B. ( ) Redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
  - C. ( ) Não geração, reutilização, reciclagem, redução, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
  - D. ( ) Não geração, redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.



13. A Política Nacional de Recursos Hídricos, em seu Art. 1º, baseia-se nos fundamentos dispostos de forma correta na alternativa:
- A.( ) A água é um bem de domínio público; é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
  - B.( ) A água é um bem de domínio público; é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
  - C.( ) A água é um bem de domínio público; é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
  - D.( ) A água é um bem de domínio público; é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
14. A cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme a PNRH (Art. 19), tem como objetivos:
- I. Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor.
  - II. Incentivar a racionalização do uso da água.
  - III. Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.
- Está (estão) correto(s):
- A.( ) Os objetivos I e II somente.
  - B.( ) Os objetivos I e III somente.
  - C.( ) Os objetivos II e III somente.
  - D.( ) Os objetivos I, II e III.
15. A localização da área de Reserva Legal (Art. 14 – Lei 12.621/12) no imóvel rural deverá levar em consideração os estudos e critérios descritos de forma correta na alternativa:
- A.( ) O plano de bacia hidrográfica; o Zoneamento Ecológico-Econômico; a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e as áreas de maior fragilidade ambiental.
  - B.( ) O plano de bacia hidrográfica; o Zoneamento Ecológico; a formação de corredores ecológicos sem outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e as áreas de maior fragilidade ambiental.
  - C.( ) O Zoneamento Ecológico; a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e as áreas de maior fragilidade ambiental sem considerar o plano de Bacia Hidrográfica.
  - D.( ) A formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e as áreas de maior fragilidade ambiental sem considerar o plano de Bacia Hidrográfica.





16. Pescar em período no qual a pesca seja proibida, ou em lugares interditados por órgão competente, confere uma pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Entre as alternativas abaixo relacionadas, UMA corresponde à Pena - reclusão de um ano a cinco anos. Essa alternativa é a:
- A.( ) Pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos.
  - B.( ) Pescar quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos.
  - C.( ) Transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas.
  - D.( ) Pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante.
17. As águas doces de classe 1 (Res. 357/05 – Art. 14) observarão as seguintes condições e padrões em relação à qualidade da água. Nesse sentido, está incorreta a alternativa:
- A.( ) DBO 5 dias a 20°C até 3 mg/L O<sub>2</sub>.
  - B.( ) OD, em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O<sub>2</sub>.
  - C.( ) Turbidez até 70 unidades nefelométrica de turbidez (UNT).
  - D.( ) Cor verdadeira: nível de cor natural do corpo de água em mg Pt/L; e m) pH: 6,0 a 9,0.
18. A Lei nº 549/08 institui diretrizes urbanas do Município de Nova Candelária e dá outras providências. É correto afirmar o disposto na alternativa:
- A.( ) Art. 18. Serão consideradas zonas de preservação paisagística natural aquelas destinadas à preservação dos atributos biofísicos significativos da área, em razão de sua localização, estrutura fisiográfica ou funções de proteção à paisagem.
  - B.( ) Art. 19. Serão consideradas áreas de preservação Permanente Legal aquelas sujeitas à preservação permanentemente por disposição da Lei Estadual ou Municipal.
  - C.( ) Art. 20. São consideradas zona de preservação permanente ecológica os parques naturais (estaduais e municipais), as praças e recantos destinados ao lazer ativo ou passivo da população. Parágrafo único. Nas zonas de que trata este artigo, só se permite uso para lazer e fins científicos, desde que não ponham em risco as características ambientais, sendo proibido qualquer tipo de edificação, salvo quando imprescindível para a conservação, fiscalização ou melhor utilização da área.
  - D.( ) Art. 20. São consideradas zona de preservação permanente ecológica os parques naturais (estaduais e municipais). Parágrafo único. Nas zonas de que trata este artigo, só se permite uso para lazer e fins científicos, desde que não ponham em risco as características ambientais, salvo quando imprescindível para a conservação, fiscalização ou melhor utilização da área.
19. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. No Art. 2º, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente. As primeiras cinco penalidades em ordem, são respectivamente:
- A.( ) Advertência; multa; apreensão de produto; cancelamento de registro de produto; interdição parcial ou total do estabelecimento.
  - B.( ) Multa; apreensão de produto; inutilização de produto; interdição de produto; suspensão de vendas e/ou fabricação de produto.
  - C.( ) Advertência; multa; inutilização de produto; interdição de produto; suspensão de vendas e/ou fabricação de produto.
  - D.( ) Advertência; multa; apreensão de produto; inutilização de produto; interdição de produto.
20. A pena de multa consiste no pagamento de quantias, conforme Art. 2º, §1º - Lei 6.437/77. Nesse sentido, está correta a alternativa:
- A.( ) Nas infrações leves, quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
  - B.( ) Nas infrações graves, quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
  - C.( ) Nas infrações gravíssimas, quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
  - D.( ) Nas infrações graves, quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



21. O Decreto nº 52.434, de 26 de junho de 2015, regulamenta a Lei nº 13.467, de 15 de junho de 2010, que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária animal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, cujos objetivos estão corretamente citados nas alternativas abaixo, com exceção da alternativa:
- A.( ) Combater, prevenir, controlar e erradicar enfermidades.
  - B.( ) Organizar, coordenar e executar as ações de vigilância e saúde animal, integrando-as ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - de que trata o art. 28-A da Lei Federal n.º 9.712, de 20 de novembro de 1998.
  - C.( ) Estimular, organizar e coordenar a participação da comunidade nas ações de defesa sanitária animal.
  - D.( ) Criar meios para impedir a introdução de agentes patogênicos de relevância para a saúde humana e pública no País.
22. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as normas previstas na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e demais disposições legais pertinentes. As infrações administrativas serão punidas na forma estabelecida no regulamento dessa Lei, independentemente das medidas cautelares de apreensão de produtos, suspensão de venda de produto e embargos de atividades. Nesse sentido estão incorretas as sanções da alternativa:
- A.( ) Advertência; multa; apreensão de OGM; suspensão da venda de OGM sem a suspensão da venda de seus derivados.
  - B.( ) Embargo da atividade; interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento; suspensão de registro.
  - C.( ) Licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivo e benefício fiscal concedidos pelo governo; perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimento oficial de crédito.
  - D.( ) Intervenção no estabelecimento; proibição de contratar com a administração pública, por período de até 5 (cinco) anos.
23. No Capítulo VIII, dos crimes e das penas da Lei 11.105/2005, Art. 24 a 27, está correto o que se afirma na alternativa:
- A.( ) Art. 24. Utilizar embrião humano em desacordo com o que dispõe o art. 5º dessa Lei: Pena – detenção, de 6 meses a 3 (três) anos, e multa.
  - B.( ) Art. 25. Praticar engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano ou embrião humano: Pena – reclusão, de 6 meses a 4 (quatro) anos, e multa.
  - C.( ) Art. 26. Realizar clonagem humana: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
  - D.( ) Art. 27. Liberar ou descartar OGM no meio ambiente, em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de 6 meses a 5 (cinco) anos, e multa.
24. A febre maculosa, doença infecciosa aguda, transmitida por carrapatos, caracterizada por início brusco, com febre alta, cefaléia, dores musculares intensas, e prostração, seguida de exantema máculo papular, que predomina nos membros, atingindo as palmas das mãos e plantas dos pés, que pode evoluir para petéquias, equimoses e hemorragias. São considerados agentes etiológico e reservatório, conforme o Guia de Vigilância Epidemiológica-Ministério da Saúde:
- I. **Agente etiológico:** Bactéria gram-negativa intracelular obrigatória, denominada *Rickettsia rickettsii*. **Reservatório:** Os principais reservatórios são os animais silvestres, como as capivaras, e carrapatos da espécie *Amblyomma cajennense*. O cão é considerado um reservatório doméstico potencial. Os equídeos estão envolvidos em algumas epidemias.
  - II. **Agente etiológico:** Bactéria gram-negativa intracelular obrigatória, denominada *Rickettsia rickettsii*. **Reservatório:** Carrapatos da espécie *Amblyomma cajennense*. Os equídeos estão envolvidos em algumas epidemias.
  - III. **Agente etiológico:** Bactéria gram-positiva intracelular, denominada *Rickettsia rickettsii*. **Reservatório:** Os principais reservatórios são os animais silvestres, como as capivaras, e carrapatos da espécie *Amblyomma cajennense*.
- Os itens estão corretamente descritos em:
- A.( ) I, apenas.
  - B.( ) I e II, apenas.
  - C.( ) II e III, apenas.
  - D.( ) Nenhum dos itens.





25. Instituir o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC a ser implantado, gradativamente, nas indústrias de produtos de origem animal, sob o regime do Serviço de Inspeção Federal - SIF, de acordo com o manual genérico de procedimentos corresponde ao Art. 1º, do Ministério da Agricultura e do abastecimento, de acordo com a Portaria ou Resolução citado(a) na alternativa:
- A.( ) Portaria nº 46/1996.
  - B.( ) Portaria nº 46/ 1998
  - C.( ) Portaria nº 326/1993.
  - D.( ) Resolução nº 357/2005.
26. Conforme a Portaria 368/97, do Ministério da Agricultura, para os efeitos desse regulamento, foram descritas algumas definições, conforme seguem nas alternativas abaixo, com exceção da alternativa:
- A.( ) Boas Práticas de Elaboração: são os procedimentos necessários para a obtenção de alimentos inócuos, saudáveis e são.
  - B.( ) Contaminação: entende-se como a presença de substâncias ou agentes estranhos de origem biológica, química ou física, que se considere como nociva ou não para a saúde humana.
  - C.( ) Estabelecimento de Alimentos Elaborados / Industrializados: é o espaço delimitado que compreende o local e a área que o circunda, onde se efetiva um conjunto de operações e processos que tem como finalidade a obtenção de um alimento elaborado, sem considerar como ocorre o armazenamento e transporte de alimentos.
  - D.( ) Desinfecção: é a redução, por intermédio de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos no prédio, instalações, maquinaria e utensílios, a um nível que impeça a contaminação do alimento que se elabora.

## **L**egislação

27. Com base no que dispõe a Lei Orgânica do município de Nova Candelária sobre o Poder Legislativo, estão corretas as afirmações abaixo, exceto:
- A.( ) O mandato da Mesa Diretora da Câmara será de um ano, permitida uma reeleição para o mesmo cargo.
  - B.( ) Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente poderá deliberar sobre as matérias que sejam objeto das convocações.
  - C.( ) A Câmara de Vereadores encaminhará as contas de sua gestão financeira, de cada exercício, ao Prefeito Municipal para o respectivo parecer técnico.
  - D.( ) Compete à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito, entre outras providências, a fixação e alteração dos vencimentos e outras vantagens pecuniárias dos servidores públicos municipais.
28. Assinale a alternativa correta em relação à proposição abaixo:  
O servidor público, à luz do Regime Jurídico do município de Nova Candelária, nomeado para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso, adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício. Todavia, poderá perder o cargo:
- A.( ) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei Complementar, assegurada ampla defesa.
  - B.( ) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
  - C.( ) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - D.( ) Todas as alternativas anteriores estão corretas.



29. Sobre o Regime Jurídico do município de Nova Candelária, em suas disposições preliminares, considere as seguintes afirmações e marque a não verdadeira.
- A.( ) O cargo público é criado em Lei, em número certo e com denominação própria.
  - B.( ) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
  - C.( ) A investidura em cargo de magistério municipal será por concurso de títulos.
  - D.( ) É vedado designar ao servidor atribuições diversas das de seu cargo, exceto em cargos de direção, chefia ou assessoramento e comissões legais..
30. Segundo disposto na Lei Orgânica do município de Nova Candelária, em seu capítulo IV – DO PODER EXECUTIVO, estão corretas as afirmações abaixo, exceto:
- A.( ) O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com auxílio dos Secretários Municipais.
  - B.( ) Em caso de impedimento do Prefeito e Vice-Prefeito, caberá ao Prefeito nomear um servidor para responder pelo expediente da Prefeitura.
  - C.( ) Compete privativamente ao Prefeito colocar à disposição da Câmara de Vereadores, na forma da legislação federal, os recursos de sua dotação orçamentária.
  - D.( ) É infração político-administrativa cometida pelo prefeito, entre outras, sujeita ao julgamento da Câmara de Vereadores, omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município.